EDITAL E ANEXOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026-SRP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.14.133/21, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2023 e DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023 (SRP).	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4912/2026	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2026-SRP**
ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Educação	
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO	**REGIME DE FORNECIMENTO:** FORNECIMENTO PARCELADO, SOB DEMANDA.
OBJETO: Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução educacional complementar de Língua Inglesa, destinada aos estudantes e professores das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chapadinha/MA**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.	
O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, site: http://www.portaldecompraspublicas.com.br **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** **Início: 13/10/2026 - Término: 26/10/2026, às 00:00hs (Horário de Brasília)** **SESSÃO PÚBLICA: 26/10/2026, às 08:30h (Horário de Brasília)** Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".	
DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL **DIA:** Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira **HORÁRIO:** das 08:00hs às 12:00hs (horário local). **LOCAL:** Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Chapadinha/MA, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Cep: 65.500-000, Chapadinha/Maranhão. E-mail para contato com a CPL: cplchapadinha2021@gmail.com **O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico:** www.chapadinha.gov.br e portal que sera realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br	
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: **LUCIANO DE SOUZA GOMES** Pregoeiro Municipal	

PREGÃO ELETRÔNICO nº 030/2026-SRP(RETIFICADO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4912/2026

DISPUTA ABERTA E FECHADA

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.117.709/0001-58, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio do seu PREGOEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **08:30 hrs, do dia 26/10/2026**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "**MENOR PREÇO GLOBAL**" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 008/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal de compras públicas, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O objeto da presente licitação é a Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução educacional complementar de Língua Inglesa, destinada aos estudantes e professores das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chapadinha/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 65/2021 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**.

1.4. O valor total estimado da contratação é considerado **SIGILOSO**, em conformidade com o artigo 24, da Lei nº 14.133/2021, sendo mantido em registro próprio, disponível exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos demais legitimados que demonstrem interesse e necessidade justificada no acesso, conforme a legislação vigente. A estimativa de custos encontra-se formalizada em planilha orçamentária apartada.

1.5. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, com fulcro ao art. 17, §1º da Lei. 14.133/2021, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR AQUISIÇÃO DE BENS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTE CERTAME.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação

orçamentário, conforme dispõe o art. 17. do Decreto Federal n°. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso.

3.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante nesta licitação, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item **4.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.6.2** e **4.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sanciona- das por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.11. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

4.13. A validação da assinatura eletrônica será realizada DE FORMA OBRIGATÓRIA através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio **https://verificador.iti.gov.br**, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.1. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e valor total do item;

5.1.2. marca do produto;

5.1.3. fabricante do produto;

5.1.4. descrição detalhada do objeto, contendo as informações necessárias à verificação do atendimento às especificações do Termo de Referência, vedada a simples expressão "conforme o edital".

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para o respectivo item.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

5.5. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto nos seus exatos termos.

5.6. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração, ainda que o orçamento estimado permaneça sob sigilo durante o procedimento.

5.8. O descumprimento das regras relativas à proposta poderá ensejar sua desclassificação, observado o devido processo, a possibilidade de saneamento de falhas formais e a realização de diligência, quando cabíveis.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Em razão da inversão das fases prevista no item 1.5 deste Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente:

6.1.1. a proposta inicial, com o preço e as informações exigidas neste Edital; e

6.1.2. os documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e demais documentos exigidos, ressalvados os documentos relativos à regularidade fiscal, que serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos;

6.2.2. a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação;

6.2.3. cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.4. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.2.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observados os incisos III e IV do art. 1º e o inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

6.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa declarará, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa declarará, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que está apto a usufruir do tratamento favorecido legalmente previsto, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. Nos itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento do licitante no respectivo item.

6.4.2. Nos itens de ampla participação, a assinalação do campo "não" produzirá apenas o efeito de o licitante não usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação.

6.8. Os documentos de habilitação permanecerão sigilosos perante os demais licitantes até a conclusão da respectiva fase de análise, momento em que serão disponibilizados para acesso público, observada a operacionalização do sistema eletrônico.

6.9. Os documentos que compõem as propostas serão disponibilizados para acesso público após o encerramento da etapa de lances, ressalvadas as informações protegidas por lei.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar seu valor final mínimo, devendo observar o intervalo mínimo entre os lances definido neste Edital.

6.11. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o procedimento e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de seu acesso.

7. FASE DE HABILITAÇÃO ANTERIOR À APRESENTAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a sessão pública e em observância à inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro procederá, antes da fase de apresentação de propostas e lances, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos licitantes, ressalvada a regularidade fiscal, que será verificada no momento estabelecido no item 9.2 deste Edital.

7.2. Como condição prévia à análise da habilitação, será verificado o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos apresentados e, entre outros, aos seguintes cadastros:

7.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, quando aplicável;

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

7.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

7.2.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - TCU.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, quando juridicamente cabível, de seus administradores ou sócios com poderes de administração, observada a abrangência da sanção identificada.

7.4. Caso a consulta indique ocorrência impeditiva indireta, o Pregoeiro realizará diligência para verificar eventual tentativa de burla, considerando vínculos societários, linhas de fornecimento similares e outros elementos pertinentes.

7.4.1. O licitante será previamente convocado para se manifestar antes de eventual inabilitação decorrente da situação prevista no item anterior.

7.5. Constatada a existência de sanção que alcance o licitante e impeça sua participação ou contratação, ele será inabilitado por ausência de condição de participação.

7.6. A documentação exigida para habilitação jurídica, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o cadastro tenha sido realizado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e contenha informações suficientes e vigentes para comprovar os requisitos exigidos.

7.7. Quando permitida a participação de empresa estrangeira que não funcione no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7.1. Para assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados, conforme o caso.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será comprovada pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, e a habilitação econômico-financeira observará o somatório dos valores de cada consorciado, nos termos definidos neste Edital e na legislação aplicável.

7.9. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer meio expressamente admitido pela Administração.

7.9.1. A apresentação de documentos originais não digitais somente será exigida quando houver dúvida fundada quanto à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o determinar.

7.10. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.11. Os documentos de habilitação deverão estar inseridos no sistema no prazo previsto no item 6.1. Eventuais documentos complementares solicitados em diligência serão enviados no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação fundamentada apresentada antes do encerramento do prazo e aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementar informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2. atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; ou

7.12.3. sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

7.13. O saneamento será formalizado mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-se eficácia ao documento para fins de habilitação.

7.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar os requisitos exigidos, seja pela ausência de documento essencial, seja pela apresentação de documento em desacordo insanável com este Edital.

7.15. Encerrada a fase de habilitação, os licitantes habilitados prosseguirão para a fase de apresentação de propostas e lances, ficando vedada a participação na etapa competitiva dos licitantes inabilitados.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

7.17. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos, a sessão poderá ser suspensa, com divulgação, no sistema, da data e do horário de continuidade.

7.18. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá manifestação de intenção de recurso em momento único, após o encerramento da fase de julgamento, conforme o art. 165, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e as regras deste Edital.

8. ABERTURA DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO

8.1. Abertura e classificação inicial

8.1.1. Concluída a fase de habilitação, o sistema disponibilizará as propostas dos licitantes habilitados, cabendo ao Pregoeiro verificar preliminarmente a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.1.2. Será desclassificada, mediante decisão fundamentada, a proposta que identifique o licitante antes do momento permitido, contenha vício insanável ou não observe as especificações essenciais do objeto.

8.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo estas as únicas que participarão da fase de lances.

8.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.2. Formulação de lances

8.2.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes encaminharão lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2.2. O lance será ofertado pelo valor global.

8.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

8.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.2.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R$ 0,50 (cinquenta centavos)**, incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, quando se tratar de lance inconsistente ou inexequível.

8.2.7. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto e fechado.

8.3. Modo de disputa aberto e fechado

8.3.1. A etapa aberta de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

8.3.2. Encerrado o período inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.3.3. Encerrado o prazo do item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o término do prazo.

8.3.4. O licitante poderá optar por manter seu último lance da etapa aberta ou apresentar melhor lance final e fechado.

8.3.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.3.3, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de 3 (três), apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

8.3.6. Após o encerramento dos prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores.

8.3.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele recebido e registrado primeiro.

8.3.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo autor.

8.3.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

8.4. Desconexão do sistema

8.4.1. No caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.4.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.5. Critérios de desempate e tratamento favorecido

8.5.1. Encerrada a etapa de lances, será verificada a ocorrência de empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

8.5.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, situada na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor oferta, será convocada para apresentar proposta de preço inferior no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado da convocação automática do sistema, sob pena de preclusão.

8.5.3. Não sendo exercido o direito, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na mesma faixa, na ordem classificatória.

8.5.4. Persistindo empate entre propostas ou lances, serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Negociação

8.6.1. Encerrada a etapa de lances e após a aplicação dos critérios de desempate, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, com o objetivo de obter condição mais vantajosa, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6.3. Quando a primeira colocada for desclassificada por permanecer acima do preço máximo ou por outra razão prevista neste Edital, a negociação poderá ser realizada com os licitantes subsequentes, observada a ordem de classificação.

8.6.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado nos autos.

8.6.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ou ao valor negociado, acompanhada dos documentos complementares necessários à confirmação das informações já apresentadas.

8.6.6. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, de ofício ou mediante solicitação fundamentada do licitante apresentada no chat antes de seu encerramento.

8.7. Aceitação e julgamento da proposta

8.7.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor máximo admitido pela Administração.

8.7.2. Será desclassificada a proposta que:

8.7.2.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2.2. não obedecer às especificações técnicas do Termo de Referência;

8.7.2.3. apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo admitido;

8.7.2.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração; ou

8.7.2.5. apresentar desconformidade insanável com outras exigências deste Edital ou de seus anexos.

8.7.3. Para bens em geral, valores inferiores a 30% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração constituem indício de inexequibilidade, devendo o Pregoeiro realizar diligência antes de eventual desclassificação.

8.7.4. A inexequibilidade somente será reconhecida quando a diligência demonstrar que o custo do licitante ultrapassa o valor proposto e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

8.7.5. Para análise do atendimento às especificações do objeto, poderá ser solicitada manifestação escrita da área requisitante ou de setor tecnicamente especializado.

8.7.6. Não será exigida amostra física, salvo se a Administração, mediante decisão técnica fundamentada e divulgada a todos os licitantes, demonstrar sua necessidade e estabelecer critérios objetivos, prazo, local e procedimento de avaliação, sem prejuízo da reabertura do prazo quando a medida alterar as condições inicialmente divulgadas.

8.7.7. Se a proposta do primeiro colocado não for aceita, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, respeitada a ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

9. DOCUMENTOS E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos exigidos são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, observada a fase procedimental estabelecida no item 7.

9.1.1. Os documentos deverão estar em nome do licitante e com o respectivo número de inscrição no CNPJ, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas para matriz e filial.

9.1.2. Os documentos deverão estar válidos na data de sua exigência. Quando o documento não indicar prazo de validade, será considerado válido se emitido nos 30 (trinta) dias anteriores à data de sua apresentação, desde que a natureza do documento e as normas do órgão emissor admitam essa limitação.

9.1.3. O licitante deverá manter as condições de habilitação durante todo o procedimento e a execução das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.2. Habilitação jurídica

9.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja autenticidade será verificada no sítio oficial do Governo Federal.

9.2.3. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar sua filial, agência, sucursal ou estabelecimento.

9.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde estiver localizada a sede da matriz.

9.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados no registro competente, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

9.2.8. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.9. Certidão simplificada e específica expedida pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias de antecedência da data de apresentação, onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.2.10. Não será exigida declaração de inexistência de contrato de exclusividade com fornecedores, uma vez que a existência de vínculo comercial exclusivo, por si só, não impede a participação na licitação nem comprova incapacidade de execução do objeto.

9.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.3.1. Em qualquer caso, os documentos de regularidade fiscal serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, conforme o art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. O licitante mais bem classificado deverá apresentar:

9.3.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

9.3.2.2. prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos à Seguridade Social;

9.3.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

9.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos da pessoa jurídica e física perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e Certidão de Débitos Trabalhistas pessoa física e pessoa jurídica expedida com base na Portaria MTP Nº 667/2021 de 08 de Novembro de 2021;

9.3.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e, quando compatível com a natureza do objeto e a legislação aplicável, municipal, relativo ao domicílio ou à sede do licitante;

9.3.2.6. prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto; e

9.3.2.7. prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, quando pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

9.3.3. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar essa condição mediante documento emitido pela respectiva Fazenda ou por outro meio legalmente admitido.

9.3.4. O Microempreendedor Individual será dispensado das provas de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal quando essa dispensa decorrer da legislação aplicável.

9.3.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que contenha alguma restrição.

9.3.6. Havendo restrição na regularidade fiscal ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da declaração do vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão das certidões correspondentes.

9.3.7. A não regularização no prazo legal implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação.

9.3.8. Declaração de que a licitante cumpre as normas trabalhistas, de saúde e de segurança do trabalho aplicáveis às atividades relacionadas ao fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela adoção das medidas de proteção necessárias durante a entrega e, quando prevista no respectivo item.

9.3.9. A declaração prevista no item anterior poderá ser apresentada conforme modelo próprio da licitante, não sendo exigida a indicação prévia de valores ou o dimensionamento de gastos com equipamentos de proteção.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Deverão ser apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados, obrigatoriamente, dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados e registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante ou, quando aplicável, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Os referidos documentos deverão estar

assinados pelo Contador responsável, em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), com a apresentação obrigatória da certidão de regularidade profissional, bem como pelo Dirigente ou Sócio da empresa. Os demonstrativos contábeis devem estar em estrita conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, acompanhados, necessariamente, por Notas Explicativas detalhadas, que evidenciem a boa situação financeira da empresa. Fica expressamente vedada a substituição dos documentos exigidos por balancetes ou balanços provisórios. Caso o Balanço Patrimonial tenha sido encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, será admitida a sua atualização por meio de índices oficiais, devendo tal atualização ser apresentada de forma clara e devidamente documentada;

9.4.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;]

9.4.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.4.4. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4.5. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ISG = ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

9.4.6. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cota- do pela licitante ou do item pertinente.

9.4.7. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.4.7.01. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.4.7.02. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.4.7.03. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.4.7.04. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.4.8. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.4.9. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

9.4.10. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.4.11. As licitantes deverão apresentar declaração contendo a relação dos compromissos assumidos que possam implicar na redução de sua capacidade econômico-financeira. Deverão ser excluídas dessa relação as parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada. A somatória dos compromissos vigentes na data da sessão pública de abertura da presente licitação não poderá ser superior ao Patrimônio Líquido da licitante, podendo este ser atualizado conforme as disposições previstas neste Edital.

9.4.12. Os licitantes deverão apresentar declaração, em modelo próprio da empresa, contendo a discriminação detalhada das alíquotas dos impostos incidentes sobre a operação, devidamente assinada pelo contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei. A ausência desta declaração ou a apresentação de informações inverídicas poderá ensejar a desclassificação do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

9.4.13. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar **certidões negativas de falência ou recuperação judicial**, bem como **certidões de liquidação judicial, insolvência civil, execução patrimonial e execuções cíveis e fiscais, estaduais e federais**, expedidas pelo distribuidor competente da sede ou domicílio da licitante, dentro do prazo de validade ou, na ausência deste, emitidas há no máximo 30 (trinta) dias da data de apresentação.

9.4.13.01. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1. Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e assinados por seu representante ou responsável competente, contendo informações suficientes para identificação do emitente e comprovação da execução de objeto pertinente e compatível com o objeto desta licitação, especialmente:

a) razão social do emitente;

b) número de inscrição no CNPJ;

c) nome, cargo ou função e, sempre que possível, dados de contato do responsável pela emissão; e

d) descrição dos bens fornecidos, com informações suficientes para demonstrar a compatibilidade com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação.

9.5.2. Não será exigido reconhecimento de firma da assinatura constante do atestado. Em caso de dúvida quanto à autenticidade ou ao conteúdo do documento, o Pregoeiro poderá realizar diligência para confirmação das informações junto à pessoa jurídica emitente, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.6.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.6.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 30 (trinta) dias.

9.6.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.6.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

9.6.6. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa, acompanhada de Declaração de localização e funcionamento com (Georreferenciadas) que indique todos os dados pertinentes (endereço, cidade, estado, CEP, ponto de referência e telefone). O item é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima, estoque e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo;

9.6.7. O Georreferenciamento com fotos podem ser realizados gratuitamente por aplicativos gratuitos (basta pesquisar em site de pesquisa (georreferenciar fotos). Justifica-se o pedido por oportunidade e conveniência para localizar empresas com facilidade e para localização em caso de diligência, e não ter que se amparar com empresas fantasmas.

9.6.8. Declaração de Compromisso de Atendimento Imediato e de Localização. A não apresentação da declaração no ato da habilitação implicará a imediata desclassificação do licitante, por inobservância das condições de participação previstas neste Edital.

10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.4. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, me- diante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.5.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.5.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

10.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. RECURSOS

11.4. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

inabilitação do licitante:

11.6.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.6.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.6.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais se- rá iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deve- rá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.14. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou in- tempestivamente.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.6. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos pre- vistos no certame.

12.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as

especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão com- posta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

(vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.u

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afasta- mento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.chapadinha.ma.gov.br e-mail: cplchapadinha2021@gmail.com e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de CHAPADINHA – MA, sito à Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, CEP: 65.500-000, CHAPADINHA/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16.1. deste instrumento.

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:

16.1.1. Anexo I – Termo de Referência
16.1.2. Anexo II – Minuta Ata de Registro de Preços
16.1.3. Anexo III – Minuta do Contrato.
16.1.4. Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar - ETP

CHAPADINHA-MA, em 09 de Outubro de 2026.

LUCIANO DE SOUZA GOMES
Pregoeiro Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026-SRP
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. DISPOSIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

1.1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução educacional complementar de Língua Inglesa, destinada aos estudantes e professores das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chapadinha/MA, contemplando, de forma integrada, materiais didáticos impressos, materiais ou manuais pedagógicos para professores, recursos educacionais digitais, plataforma educacional e ferramentas pedagógicas de apoio, conforme as especificações e quantitativos deste Termo de Referência.

1.1.2 A solução possui caráter complementar e suplementar às políticas públicas e aos materiais educacionais já disponibilizados à Rede Municipal, especialmente ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, não tendo por finalidade substituir ou duplicar os materiais regularmente fornecidos por programas públicos.

1.1.3 A contratação deverá atender às necessidades do ano letivo de 2027, observados o diagnóstico atualizado da Rede Municipal, a disponibilidade dos materiais já existentes e a inexistência de sobreposição indevida.

1.2 Natureza, modalidade e critério de julgamento

1.2.1 O objeto é classificado como aquisição de bens e disponibilização de recursos digitais integrantes da solução, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, caracterizando-se como bens e recursos comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2 A licitação será realizada na modalidade Pregão, preferencialmente em meio eletrônico, nos termos do art. 6º, XLI, e art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.3 O critério de julgamento será o de menor preço, conforme definido no edital, adotando-se o agrupamento em lote único, em razão da interdependência técnica, pedagógica e operacional dos componentes da solução.

1.2.4 O agrupamento em lote único deverá ser mantido somente se a instrução processual demonstrar, de forma suficiente, que a integração dos componentes é necessária e que a medida não restringe indevidamente a competitividade, em consonância com o planejamento constante do ETP.

2. FUNDAMENTAÇÃO E VINCULAÇÃO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1 A presente contratação decorre do Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, que identificou a necessidade de fortalecer as condições materiais e pedagógicas para o ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente do 6º ao 9º ano.

2.2 O ETP registra a necessidade de superar situações de ausência e/ou insuficiência de recursos didáticos e pedagógicos, fortalecer o apoio ao trabalho docente e ampliar as oportunidades de aprendizagem, considerando as unidades urbanas e rurais da Rede Municipal.

2.3 A fundamentação da contratação observa o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e está vinculada às conclusões do ETP, que declarou viável a contratação da solução educacional complementar para atendimento da Rede Municipal no ano letivo de 2027.

2.4 A contratação deverá observar, além da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 9.394/1996 – LDB, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Documento Curricular do Território Maranhense – DCTMA, as normas educacionais aplicáveis e, quando houver tratamento de dados pessoais, a Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (EM GERAL).

3.1 A solução compreenderá, de forma integrada, os componentes efetivamente definidos na fase de planejamento, observados o levantamento de mercado e a análise de viabilidade constantes do ETP:

a) livros didáticos de Língua Inglesa destinados aos estudantes do 6º ao 9º ano;

b) materiais, manuais ou orientações pedagógicas destinados aos professores;

c) recursos educacionais digitais complementares aos materiais impressos e às atividades pedagógicas;

d) plataforma ou ambiente educacional digital, com acesso individualizado, quando previsto nas especificações;

e) ferramentas pedagógicas de apoio ao planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação; e

f) portal/ambiente virtual destinado ao aperfeiçoamento linguístico e pedagógico dos professores, quando integrante da solução, sem caracterização de contratação autônoma de serviço de formação continuada.

3.2. Os materiais dos estudantes deverão apoiar o desenvolvimento progressivo das aprendizagens, contemplando apresentação, contextualização, prática, revisão e consolidação de conhecimentos e habilidades relacionados à Língua Inglesa.

3.3. Os materiais dos professores deverão subsidiar o planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das atividades pedagógicas e manter compatibilidade metodológica e de conteúdo com os materiais dos estudantes.

3.4. Os recursos digitais deverão exercer função complementar, integrando conteúdos, atividades, exercícios, recursos multimídia e instrumentos de acompanhamento, sem substituir o material didático principal.

3.5 A solução deverá considerar acessibilidade, usabilidade, compatibilidade tecnológica, segurança da informação e proteção de dados pessoais, especialmente nas unidades escolares urbanas e rurais.

3.6 O ciclo de vida deverá abranger fornecimento, distribuição, disponibilização dos acessos, utilização, suporte dos recursos digitais, encerramento de acessos e destinação ambientalmente adequada dos materiais físicos, quando aplicável.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PEDAGÓGICAS E EDITORIAIS

4.1 Livros dos estudantes

a) ISBN e identificação editorial da obra;

b) encadernação *Wire-o*, com mínimo de 150 (cento e cinquenta) páginas por volume;

c) impressão colorida em todas as páginas e capa rígida;

d) material impresso com certificação FSC ou equivalente reconhecido, quando exigida no edital como requisito de sustentabilidade;

e) conteúdos organizados de forma progressiva e compatível com o ano escolar;

f) alinhamento à BNCC, ao DCTMA e às demais diretrizes curriculares aplicáveis;

g) desenvolvimento articulado das habilidades de *listening, speaking, reading e writing*;

h) atividades contextualizadas de vocabulário, estruturas linguísticas, pronúncia, leitura, escrita e comunicação.

4.2 Manuais / material do professor

a) mínimo de 150 (cento e cinquenta) páginas por volume;

b) impressão colorida e encadernação em brochura;

c) atividades e projetos para desenvolvimento dos conteúdos;

d) textos de apoio e subsídios ao planejamento docente;

e) respostas das atividades e orientações pedagógicas compatíveis com o material do estudante;

f) indicação dos objetivos pedagógicos das unidades/seções e relação com as quatro habilidades linguísticas;

g) *flashcards* digitais e demais recursos expressamente previstos na especificação da solução;

h) 280 (duzentos e oitenta) manuais, distribuídos conforme os quantitativos por ano escolar.

4.3 Plataforma e recursos digitais

a) aplicativo móvel instalável para Android e iOS, quando integrante da solução;

b) modo *offline* para conteúdos e atividades previamente baixados, com sincronização posterior;

c) atividades de *speaking* e pronúncia com gravação, reprodução e *feedback* pedagógico;

d) recursos de *listening* com áudio integrado às lições e, quando aplicável, transcrição/legenda;

e) assistente de IA para apoio à escrita, com explicação dos erros e interação compatível com o conteúdo e a faixa escolar;

f) videoaulas gravadas, observando a sequência pedagógica do material impresso, quando previstas;

g) áudios complementares para imersão, cultura e variação linguística;

h) 10 (dez) apostilas de aprofundamento por volume para estudantes e 10 (dez) correspondentes para professores, em formato imprimível, quando previstas na solução;

i) recursos de gamificação e acompanhamento pedagógico, observados critérios de proteção de dados e sem mecanismos que importem exposição indevida dos estudantes;

j) acessibilidade, privacidade, segurança e controle de acesso;

k) ausência de compras internas, assinaturas individuais ou cobranças adicionais aos usuários para utilização das funcionalidades contratadas.

4.4 Portal / AVA para professores

a) acesso individualizado mediante credenciais próprias;

b) teste de nivelamento, quando integrante da solução;

c) conteúdos voltados a Dialogue, *Communication*, *Vocabulary*, *Speech* e *Pronunciation*;

d) videoaulas, áudios e atividades complementares alinhados à solução;

e) conteúdos sobre estratégias e práticas pedagógicas, concepções e abordagens do ensino de inglês, vocabulário, gramática e pronúncia contextualizados, gamificação e metodologias ativas;

f) painel de acompanhamento com indicadores de utilização, progresso e desempenho, organizados por escola, série e turma, quando previsto;

g) cadastro/importação em massa de usuários e turmas por arquivo estruturado;

h) relatórios exportáveis e dados administrativos/pedagógicos recuperáveis pela SEMED ao término da contratação.

5. QUANTITATIVOS

5.1. Os quantitativos foram estabelecidos com base na matrícula inicial do ano letivo de 2026, com acréscimo de 10% para margem operacional.

Item	Quantidade-base	Acréscimo 10%	Quantidade para contratação
Livro didático – 6º ano	1.245	124	1.369
Livro didático – 7º ano	1.215	121	1.336
Livro didático – 8º ano	1.248	125	1.373
Livro didático – 9º ano	1.376	138	1.514
Manual do professor – 6º ano	62	6	68
Manual do professor – 7º ano	61	6	67
Manual do professor – 8º ano	62	6	68
Manual do professor – 9º ano	70	7	77

5.2 **Total para contratação**: 5.592 livros destinados aos estudantes e 280 manuais destinados aos professores, totalizando 5.872 unidades impressas. Os acessos aos recursos digitais deverão contemplar os usuários definidos pela Administração, conforme a solução contratada.

5.3. Os quantitativos deverão ser confirmados pela SEMED antes da emissão da ordem de fornecimento, à luz do diagnóstico atualizado de matrícula e da verificação de eventual disponibilidade de materiais do PNLD, evitando duplicidade ou aquisição desnecessária.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 O valor estimado definitivo da contratação deverá ser apurado mediante pesquisa de preços formal, observando o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável, com memória de cálculo e documentos de suporte em documento próprio do processo.

6.2 O ETP apresenta estimativa preliminar apenas para demonstração de viabilidade econômica; portanto, os preços unitários e o valor global constantes do quadro de preços deste Termo de Referência deverão ser preenchidos após a conclusão da pesquisa de preços, não sendo admitida a utilização de valor preliminar como preço de referência definitivo.

6.3 Quadro de preços: a ser preenchido com os preços unitários referenciais e o valor total decorrentes da pesquisa de preços.

7. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO (NÃO FRACIONAMENTO)

7.1. Conforme conclusão do ETP, o objeto será estruturado em lote único, desde que mantida a demonstração de sua unidade funcional e da inexistência de prejuízo à competitividade.

7.2 O não parcelamento decorre da interdependência técnica, pedagógica e operacional entre livros dos estudantes, manuais dos professores, plataforma, recursos digitais e ferramentas de apoio, concebidos para funcionar de forma articulada.

7.3 A separação entre materiais impressos e plataforma pode produzir incompatibilidade de conteúdos, sequenciamento, referências cruzadas e metodologia, além de dificultar a responsabilização pela integração do conjunto e elevar riscos de descontinuidade pedagógica.

7.4 A decisão deverá ser mantida no processo com a justificativa técnica correspondente, em atendimento ao dever de planejamento e à avaliação do parcelamento prevista na Lei nº 14.133/2021.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 O fornecimento será realizado integralmente, conforme ordem de fornecimento emitida pela Administração, com entrega dos materiais impressos e disponibilização dos recursos digitais integrantes da solução.

8.2 O prazo de entrega dos materiais físicos será de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente estabelecido no edital ou contrato, devidamente justificado.

8.3 A entrega será realizada no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, localizado na Rua do Oeste, s/n, Bairro Aparecida, Chapadinha/MA, CEP 65.500-000, ou em outro local formalmente indicado pela Administração na Ordem de Fornecimento.

8.4 A contratada deverá comunicar previamente a entrega e apresentar nota fiscal e romaneio discriminando item, quantidade e demais informações necessárias à conferência.

8.5 Os materiais deverão ser novos, sem sinais de uso, rasuras, páginas faltantes, avarias ou defeitos que comprometam sua utilização.

8.6 Os itens em desconformidade deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo fixado pela fiscalização, considerando a natureza e a urgência da ocorrência.

8.7 A disponibilização da plataforma e dos acessos deverá ocorrer dentro do prazo contratual definido no instrumento convocatório, acompanhada das credenciais, instruções de acesso e recursos necessários à utilização.

8.8 Quando houver tratamento de dados pessoais, a contratada deverá observar a LGPD, adotar medidas técnicas e administrativas de segurança e limitar o tratamento aos dados necessários à execução do objeto.

8.9 O apoio digital ao professor, quando integrante da solução, terá natureza de recurso educacional complementar e não deverá ser tratado como contratação autônoma de treinamento presencial ou formação continuada, salvo se houver previsão específica e compatível no edital e no contrato.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1 O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e inspeção inicial da integridade dos materiais.

9.2 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos materiais e dos recursos digitais com as especificações do Termo de Referência, do edital, da proposta vencedora e do contrato.

9.3 A medição do fornecimento físico corresponderá às unidades efetivamente entregues e definitivamente recebidas, em conformidade com os quantitativos contratados.

9.4 A disponibilização dos recursos digitais será verificada mediante confirmação dos acessos, funcionalidades contratadas e disponibilidade para os usuários definidos pela Administração.

9.5 O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo e o atesto da nota fiscal pelo servidor competente, observadas as condições contratuais.

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor (es) formalmente designado (s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Compete à fiscalização, entre outras atribuições: acompanhar a execução; verificar especificações, quantitativos e prazos; registrar ocorrências; solicitar correções; comunicar irregularidades à autoridade competente; e atestar os documentos fiscais após a comprovação do cumprimento das obrigações.

10.3 O gestor e o fiscal do contrato deverão manter registros suficientes para demonstrar o acompanhamento da execução, inclusive quanto à entrega dos materiais, disponibilização da plataforma e correção de eventuais não conformidades.

10.4 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) emitir as ordens de fornecimento e prestar as informações necessárias à execução;
b) receber, conferir e avaliar os materiais e recursos digitais, observando as especificações contratadas;
c) notificar a contratada sobre desconformidades e acompanhar sua correção;
d) disponibilizar, quando necessário, informações técnicas e administrativas indispensáveis à execução;
e) designar gestor e fiscal do contrato;
f) efetuar os pagamentos devidos após o cumprimento das condições contratuais e o atesto competente.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) fornecer o objeto em estrita conformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta e o contrato;
b) entregar os materiais nos locais e prazos estabelecidos;

c) disponibilizar os recursos digitais e acessos contratados, mantendo seu funcionamento durante o período pactuado;
d) substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas, materiais e recursos que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades;
e) manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação exigidas;
f) arcar com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, seguros e demais custos decorrentes da execução;
g) comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato que possa comprometer o cumprimento das obrigações;
h) observar a legislação de proteção de dados pessoais e segurança da informação aplicável à plataforma;
i) fornecer à SEMED, ao final da contratação, os dados e relatórios administrativos / pedagógicos recuperáveis que estejam previstos na solução, respeitadas as regras de proteção de dados.

13. AMOSTRA, AVALIAÇÃO TÉCNICA E PROVA DE CONCEITO

13.1 Será exigida do licitante provisoriamente vencedor, após a etapa competitiva, a apresentação de amostra dos materiais e, quando aplicável, acesso temporário à plataforma, desde que a exigência esteja expressamente prevista no edital e seja justificada pela natureza do objeto.

13.2 A avaliação deverá observar exclusivamente critérios objetivos previamente definidos neste Termo de Referência, incluindo conformidade física, gráfica e editorial, adequação pedagógica, alinhamento curricular, qualidade do material do professor, integração dos recursos digitais, acessibilidade, usabilidade e funcionamento das funcionalidades exigidas.

13.3 A amostra não poderá ser utilizada para introduzir critérios novos ou subjetivos de julgamento. O resultado deverá ser formalizado em relatório técnico fundamentado.

13.4 O prazo para apresentação será de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, salvo prazo diverso estabelecido no edital em razão das características da solução.

13.5 A exigência encontra fundamento no art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser necessária, proporcional e previamente disciplinada no edital.

14. VIGÊNCIA, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

14.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e a natureza do objeto.

14.2 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal, atesto do fiscal competente e observância dos prazos e procedimentos financeiros do Município.

14.3 Não haverá pagamento antecipado, salvo hipótese legalmente admitida e expressamente justificada no processo.

14.4 Eventual reajustamento observará a legislação aplicável e as condições estabelecidas no edital e no contrato, inclusive quanto à data-base e ao índice ou critério de correção pertinente.

14.5 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro observará as hipóteses, requisitos e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

15. GARANTIA, SANÇÕES E EXTINÇÃO

15.1 A garantia legal e/ou contratual dos materiais deverá ser observada na forma estabelecida no edital, no contrato e na legislação aplicável.

15.2 O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da conduta e os critérios definidos no edital e no contrato.

15.3 A extinção do contrato observará as hipóteses e procedimentos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

16. SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1 A contratação deverá considerar os impactos ambientais associados à produção, embalagem, transporte, uso e destinação dos materiais impressos.

16.2 Poderão ser exigidos requisitos de sustentabilidade tecnicamente justificados e compatíveis com a legislação, como papel proveniente de manejo florestal responsável, certificação FSC ou equivalente reconhecido, embalagens recicláveis e destinação ambientalmente adequada.

16.3 As exigências ambientais deverão ser proporcionais ao objeto e não poderão restringir indevidamente a competitividade, observados os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da razoabilidade e da proporcionalidade.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 A indicação da dotação orçamentária deverá constar do processo de contratação e/ou do instrumento contratual, conforme a fase e a forma de execução da despesa, com observância das normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

17.2 O empenho deverá ser emitido em valor compatível com a contratação e com a disponibilidade orçamentária, antes da realização da despesa, conforme a legislação pertinente.

18. RESULTADOS ESPERADOS

a) fortalecer as condições materiais e pedagógicas para o ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa;
b) ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes do 6º ao 9º ano;
c) oferecer suporte estruturado ao planejamento e à prática docente;
d) assegurar maior integração entre materiais impressos e recursos digitais;

e) possibilitar acompanhamento da utilização dos recursos e dos indicadores previstos na solução;

f) contribuir para maior equidade no acesso a recursos pedagógicos na Rede Municipal, inclusive considerando unidades urbanas e rurais.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar, o edital, a proposta vencedora, o contrato e os demais documentos do processo, observada a hierarquia e a vinculação estabelecidas no instrumento convocatório.

19.2 Em caso de divergência entre documentos, deverá prevalecer a regra definida no edital e no contrato, sem prejuízo da observância da Lei nº 14.133/2021 e das normas educacionais aplicáveis.

19.3 As especificações deste Termo de Referência deverão ser interpretadas de modo a preservar a competitividade, a isonomia, o julgamento objetivo, a economicidade, a integração da solução e o atendimento efetivo do interesse público.

19.4 O presente Termo de Referência deverá ser submetido à análise jurídica e às demais instâncias competentes antes da publicação do edital, conforme o fluxo administrativo do Município.

- Termo de Referência aprovado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº030/2026-SRP

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, ocupante do cargo de _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 030/2026-SRP, com critério de julgamento de menor preço global, RESOLVE registrar os preços da empresa abaixo identificada, conforme as condições do edital, do Termo de Referência e da proposta adjudicada, observadas a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços e, quando adotado pelo Município, o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, mediante as seguintes cláusulas:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução educacional complementar de Língua Inglesa, destinada aos estudantes e professores das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chapadinha/MA, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do edital.

1.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o edital e seus anexos, a proposta adjudicada e os documentos que identificam a solução aprovada na avaliação das amostras e, quando aplicável, na prova de conceito.

1.3. A solução compreenderá os materiais didáticos dos estudantes e professores e os demais componentes expressamente exigidos no Termo de Referência, inclusive recursos digitais, licenças de acesso, formação ou suporte, quando previstos.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. A identificação do fornecedor registrado é a seguinte:

Nome empresarial: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Representante legal: _____
CPF: _____

2.2. Os componentes da solução, suas unidades de fornecimento, quantitativos máximos e preços registrados constarão da planilha integrante desta Ata, com os seguintes campos:

Item	Especificação	Unidade	Marca/editora/versão, quando aplicável	Quantidade máxima	Preço unitário registrado (R$)	Preço total registrado (R$)
01	_____	_____	_____	_____	_____	_____

2.3. O julgamento pelo menor preço global não dispensa a discriminação dos preços unitários dos componentes da solução, conforme a estrutura da proposta e do Termo de Referência, para controle das contratações, recebimento e pagamento.

2.4. Os preços registrados compreenderão todos os custos necessários ao cumprimento do objeto, incluindo tributos, fretes, embalagens, entrega e demais encargos, bem como licenciamento, disponibilização de recursos digitais, formação e suporte, quando integrantes da solução exigida.

2.5. As contratações observarão a composição e a integração pedagógica e tecnológica da solução adjudicada, as unidades de fornecimento e as condições previstas no edital e no Termo de Referência.

2.6. Os quantitativos registrados constituem limites máximos para as contratações e não representam obrigação de aquisição integral pela Administração.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador desta Ata será a Secretaria Municipal de Educação de Chapadinha/MA.
3.2. Os órgãos ou entidades participantes, se houver, e seus respectivos quantitativos constarão de anexo específico desta Ata.
3.3. Na ausência de outros participantes, os quantitativos registrados serão destinados exclusivamente às demandas do órgão gerenciador.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será admitida a adesão a esta Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal que não tenham participado do procedimento licitatório, mediante justificativa da vantagem da adesão, demonstração da compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado e prévias consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor, observados os limites e as condições do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

5. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A vigência desta Ata será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor e comprovação da vantajosidade dos preços, observada a regulamentação aplicável.
5.2. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas durante sua vigência mediante instrumento contratual, considerando as obrigações integrantes da solução educacional.
5.3. O contrato terá vigência própria, definida de acordo com o período de execução e, quando aplicável, com a duração dos acessos digitais, das licenças, do suporte e das demais obrigações previstas no Termo de Referência.
5.4. A formalização das contratações dependerá da disponibilidade de créditos orçamentários, que serão indicados no respectivo instrumento contratual.
5.5. Os contratos decorrentes desta Ata poderão ser alterados nas hipóteses e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
5.6. Após a homologação, serão registrados os preços e os quantitativos do adjudicatário, observadas as condições do edital e da proposta aceita.
5.7. Será formado cadastro de reserva, em anexo, com os licitantes que:
5.7.1. Aceitarem fornecer a solução por preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação no certame;
5.7.2. Mantiverem suas propostas originais.
5.8. Os licitantes que aceitarem os preços do adjudicatário terão preferência sobre aqueles que mantiverem suas propostas originais, respeitada a ordem de classificação em cada grupo.
5.9. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva será examinada quando houver necessidade de sua convocação, especialmente na hipótese de recusa do vencedor em assinar a Ata ou de cancelamento de seu registro.
5.10. A convocação de integrante do cadastro de reserva também dependerá da verificação da conformidade da solução ofertada, inclusive mediante apresentação de amostras e, quando aplicável, prova de conceito, nos termos do edital.
5.11. O adjudicatário será convocado para assinatura desta Ata no prazo estabelecido no edital, sob pena de perda do direito ao registro, sem prejuízo das sanções cabíveis.
5.12. O prazo de assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante pedido apresentado dentro do prazo inicial, devidamente justificado e aceito pela Administração.
5.13. Se o adjudicatário não assinar a Ata, a Administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições previstas no edital.
5.14. Não havendo aceitação pelos licitantes que igualaram os preços do adjudicatário, a Administração poderá negociar com os demais remanescentes e, frustrada a negociação, admitir as condições originalmente ofertadas, respeitados a ordem de classificação, o valor estimado atualizado e os demais requisitos legais.
5.15. Esta Ata poderá ser assinada eletronicamente e será divulgada no PNCP e nos demais meios de publicidade exigidos.
5.16. O registro de preços representa compromisso do fornecedor nas condições pactuadas, mas não obriga a Administração a contratar.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, mediante procedimento fundamentado e documentação comprobatória, nas hipóteses admitidas pela legislação e pela regulamentação aplicável, especialmente:

6.1.1. Ocorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem o cumprimento das condições inicialmente pactuadas;

6.1.2. Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com repercussão comprovada nos preços;

6.1.3. Reajustamento expressamente previsto no edital, respeitados o índice, a data-base e o intervalo mínimo legal.

6.2. A análise considerará os componentes afetados, os custos demonstrados e a repercussão sobre o valor global da solução, evitando duplicidade de compensação.

6.3. A alteração dos preços registrados será formalizada pelo órgão gerenciador, após análise técnica e administrativa, e divulgada nos meios exigidos.

7. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Se os preços registrados se tornarem superiores aos praticados no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar sua redução.

7.2. Não sendo aceita a redução, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso relativo ao registro, sem penalidade por essa recusa, observadas as condições da regulamentação aplicável e preservadas as obrigações de contratos já celebrados.

7.3. Nessa hipótese, serão convocados os integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar a possibilidade de fornecimento em condições compatíveis com o mercado.

7.4. Frustradas as negociações, o órgão gerenciador poderá cancelar os preços registrados e adotar as providências necessárias à obtenção de contratação vantajosa.

7.5. Se houver elevação dos custos que inviabilize o cumprimento do compromisso, o fornecedor poderá solicitar a alteração dos preços, instruindo o pedido com documentos e memória de cálculo que comprovem o fato superveniente e seu impacto.

7.6. A apresentação do pedido não autoriza, por si só, a suspensão das obrigações assumidas.

7.7. Não comprovada a hipótese legal de alteração, o pedido será indeferido, permanecendo o fornecedor obrigado ao cumprimento do compromisso, sob pena das medidas cabíveis.

7.8. Comprovada a necessidade de alteração, o órgão gerenciador decidirá fundamentadamente sobre a atualização dos preços, observada sua compatibilidade com o mercado.

7.9. As alterações serão comunicadas aos órgãos contratantes para avaliação de seus efeitos sobre os contratos vigentes, mediante procedimento próprio, sem alteração contratual automática.

8. REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS

8.1. Havendo órgãos ou entidades participantes, os quantitativos registrados poderão ser remanejados entre eles, mediante autorização do órgão gerenciador e observância da regulamentação aplicável.

8.2. O remanejamento dependerá da anuência do participante que sofrer redução de seu quantitativo e não poderá aumentar o quantitativo total registrado.

8.3. Não será admitido remanejamento para órgãos ou entidades não participantes, em conformidade com a vedação de adesões estabelecida nesta Ata.

8.4. O remanejamento deverá preservar as especificações e a composição da solução educacional, inclusive sua adequação aos anos escolares e ao público atendido.

8.5. Não havendo outros participantes, não se aplicará o remanejamento entre órgãos ou entidades.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS

9.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado quando:

9.1.1. Descumprir as condições desta Ata sem justificativa aceita pela Administração;

9.1.2. Não formalizar a contratação ou não atender à convocação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita;

9.1.3. Recusar o cumprimento do compromisso após o indeferimento de pedido de alteração dos preços, quando presentes os requisitos para cancelamento;

9.1.4. Sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade que impeça a contratação pela Administração competente.

9.2. Na hipótese de sanção, seus efeitos sobre o registro serão avaliados conforme o alcance e a duração da penalidade e a regulamentação aplicável, vedadas contratações enquanto houver impedimento legal.
9.3. O cancelamento será formalizado por decisão fundamentada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.
9.4. Cancelado o registro do fornecedor, poderão ser convocados os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação e avaliação da solução.

9.5. Os preços registrados poderão ser cancelados, total ou parcialmente, mediante justificativa, por:
9.5.1. Razões de interesse público;
9.5.2. Pedido do fornecedor decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados;
9.5.3. Insucesso das negociações para adequação dos preços às condições de mercado.
9.6. O cancelamento parcial deverá considerar a integração dos componentes da solução, evitando a manutenção de registro que inviabilize o atendimento da finalidade educacional.
9.7. O cancelamento do registro não extingue automaticamente os contratos anteriormente celebrados, cujos efeitos serão examinados em procedimento próprio.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações desta Ata sujeitará o responsável às sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, mediante procedimento administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa.
10.2. As sanções também poderão alcançar os integrantes do cadastro de reserva que, após assumirem formalmente o compromisso, deixarem de cumpri-lo injustificadamente.
10.3. Compete ao órgão gerenciador apurar as infrações relacionadas ao gerenciamento desta Ata e aplicar as sanções de sua competência.
10.4. As infrações relativas à execução dos contratos serão apuradas pelo respectivo órgão contratante, que comunicará ao gerenciador as ocorrências relevantes para manutenção ou cancelamento do registro.

11. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

11.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, sob demanda, mediante contratação e ordens emitidas pela Administração, observados os quantitativos registrados, as unidades de fornecimento e o planejamento da Secretaria Municipal de Educação.
11.2. Os prazos, locais de entrega, procedimentos de implantação, condições de recebimento, pagamento, fiscalização e demais obrigações serão aqueles estabelecidos no Termo de Referência e no contrato.
11.3. Os materiais fornecidos deverão corresponder à solução adjudicada e às amostras aprovadas, observadas as especificações de conteúdo, edição, apresentação e qualidade exigidas.
11.4. A aprovação das amostras não dispensa a conferência dos materiais efetivamente entregues nem afasta a responsabilidade do fornecedor por defeitos ou desconformidades.
11.5. Quando integrantes do objeto, os acessos à plataforma digital, os recursos tecnológicos, a formação e o suporte deverão ser disponibilizados nos prazos e pelo período previstos no Termo de Referência e no contrato.
11.6. O fornecedor deverá assegurar os direitos necessários ao fornecimento dos materiais e à disponibilização dos conteúdos e recursos digitais contratados, respeitando os direitos autorais e as condições de licenciamento.
11.7. Quando houver tratamento de dados pessoais de estudantes e professores, deverão ser observadas a Lei nº 13.709/2018 e as obrigações específicas estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.
11.8. Não será admitida substituição unilateral de materiais, conteúdos, plataforma ou componentes da solução aprovada. Eventuais alterações dependerão de análise e autorização da Administração, nos limites legais e sem prejuízo da qualidade e das funcionalidades exigidas.
11.9. O pagamento será vinculado ao fornecimento e à execução das obrigações efetivamente contratadas e recebidas, conforme as condições do Termo de Referência e do instrumento contratual.

12. FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA para dirimir as questões decorrentes desta Ata que não forem solucionadas administrativamente.
Para firmeza e validade, a presente Ata é assinada pelos representantes do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

Chapadinha/MA, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nome: _____
Cargo: _____
Portaria nº: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº030/2026-SRP
ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4912/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2026

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, ocupante do cargo de _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 030/2026-SRP e da Ata de Registro de Preços nº ___/2026, formalizado no Processo Administrativo nº 4912/2026, em observância à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VINCULAÇÃO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução educacional complementar de Língua Inglesa, destinada aos estudantes e professores das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chapadinha/MA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.

1.2. A solução compreenderá os materiais didáticos destinados aos estudantes e professores e os demais componentes expressamente previstos no Termo de Referência, incluindo recursos digitais, plataforma educacional, licenças de acesso, formação e suporte, quando exigidos.

1.3. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o edital e seus anexos, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta adjudicada e os documentos que identificam a solução aprovada na avaliação das amostras e, quando aplicável, na prova de conceito.

1.4. Os componentes e quantitativos efetivamente contratados são os seguintes:

Item	Especificação	Unidade	Marca/editora/versão, quando aplicável	Quantidade contratada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
01	_____	_____	_____	_____	_____	_____

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ _____ (_____).

1.5. O julgamento pelo menor preço global não dispensa a discriminação dos componentes e dos preços unitários da solução, conforme a estrutura do edital e da proposta adjudicada, para controle da execução, recebimento e pagamento.

1.6. A contratação deverá preservar a integração pedagógica e tecnológica da solução adjudicada e observar as unidades de fornecimento definidas no Termo de Referência.

1.7. Divergências entre os instrumentos serão submetidas ao CONTRATANTE para esclarecimento, preservadas as condições licitadas e os limites legais de alteração contratual.

1.8. A CONTRATADA não poderá substituir unilateralmente materiais, editora, conteúdo, metodologia, plataforma, versão ou funcionalidades integrantes da solução aprovada. Eventual alteração dependerá de análise técnica e autorização expressa do CONTRATANTE, observados o edital e a legislação.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

2.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, sob demanda, mediante ordens emitidas pelo CONTRATANTE, respeitados os quantitativos contratados, a composição da solução e o planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Cada ordem indicará os componentes requisitados, os quantitativos, o público atendido, os locais de entrega, os responsáveis pelo recebimento e os prazos correspondentes.

2.3. A disponibilização de recursos digitais, a implantação, a formação e o suporte, quando integrantes do objeto, observarão o cronograma e as condições do Termo de Referência.

2.4. A CONTRATADA arcará com embalagem, transporte, carga, descarga, distribuição nos locais previstos e demais despesas necessárias à execução, sem cobrança adicional.

2.5. As ordens serão encaminhadas pelos canais oficiais informados pela CONTRATADA, com comprovação de recebimento. Eventuais divergências deverão ser comunicadas antes da execução da parcela afetada.

2.6. Não serão admitidos fornecimento ou faturamento de componentes estranhos ao objeto contratado ou sem autorização do CONTRATANTE.

2.7. As obrigações de implantação, configuração, capacitação ou suporte somente serão exigidas na extensão prevista no Termo de Referência e na proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor global deste contrato é de R$ _____ (_____), correspondente aos quantitativos e preços da planilha da cláusula primeira.

3.2. O valor abrange todos os custos necessários à execução, incluindo tributos, encargos, embalagens, transporte, entrega e, quando previstos no objeto, licenciamento, disponibilização de plataforma e conteúdos digitais, implantação, formação e suporte.

3.3. O pagamento observará as unidades de fornecimento, as etapas e os critérios de medição definidos no Termo de Referência, sem duplicidade de cobrança por componentes incluídos no preço da solução.

3.4. Os preços poderão ser reajustados ou revistos nas hipóteses previstas neste contrato e na legislação.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E LOCAIS DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo para entrega dos materiais didáticos será de ___ (_____) dias [úteis/corridos], contado do recebimento da ordem de fornecimento, conforme previsto no Termo de Referência.

4.2. Quando integrantes do objeto, a ativação dos acessos digitais e a implantação da plataforma ocorrerão em até ___ (_____) dias [úteis/corridos], contados do marco inicial definido no Termo de Referência.

4.3. Os materiais serão entregues nos locais indicados pelo CONTRATANTE, nos horários e condições estabelecidos no Termo de Referência e nas ordens de fornecimento.

4.4. As atividades de formação e acompanhamento, quando previstas, serão realizadas conforme cronograma aprovado pelo CONTRATANTE, respeitados os quantitativos, a carga horária e a modalidade de execução contratados.

4.5. Os materiais deverão ser novos, íntegros e devidamente acondicionados, sem avarias, falhas de impressão, páginas ausentes ou outros defeitos que comprometam sua utilização.

4.6. As entregas serão acompanhadas de documentação que permita identificar os materiais, a editora ou marca, a edição ou versão, o ano escolar, os quantitativos e a respectiva ordem de fornecimento.

4.7. Eventual impedimento ao cumprimento dos prazos deverá ser comunicado imediatamente, por escrito e com comprovação, sem prorrogação automática ou afastamento das responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO, AVALIAÇÃO E CORREÇÃO

5.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente mediante conferência inicial e, definitivamente, em até ___ (_____) dias úteis, após verificação de sua conformidade com o Termo de Referência, a proposta, as amostras aprovadas e a ordem de fornecimento.

5.2. O recebimento dos recursos digitais, quando contratados, dependerá da verificação dos acessos, perfis de usuários, conteúdos, funcionalidades, acessibilidade e demais requisitos exigidos, conforme os procedimentos objetivos estabelecidos no Termo de Referência.

5.3. As atividades de formação e suporte, quando previstas, serão verificadas mediante os registros e comprovantes de execução exigidos no Termo de Referência.

5.4. Materiais ou componentes desconformes serão recusados, total ou parcialmente, mediante registro fundamentado. A CONTRATADA deverá substituí-los ou corrigi-los, sem ônus, em até ___ (_____) dias [úteis/corridos] após a notificação, conforme o Termo de Referência.

5.5. Falhas de acesso ou funcionamento dos recursos digitais deverão ser solucionadas nos prazos de atendimento e resolução estabelecidos no Termo de Referência.

5.6. A aprovação das amostras e da prova de conceito não dispensa a conferência da execução efetiva nem afasta a responsabilidade por vícios ou desconformidades.

5.7. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos materiais, funcionamento dos recursos contratados e cumprimento das demais obrigações.

5.8. As parcelas regulares poderão ser recebidas e processadas separadamente, desde que tecnicamente autônomas e utilizáveis, preservada a integração da solução.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução será acompanhada por gestor e fiscais designados pelo CONTRATANTE, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o modelo de gestão estabelecido no Termo de Referência.

6.2. A fiscalização verificará as entregas, os conteúdos e recursos contratados, os prazos, a disponibilização dos acessos e as atividades de formação e suporte, quando previstas.

6.3. As ocorrências serão registradas e comunicadas à CONTRATADA, com indicação das providências e dos prazos de correção.

6.4. A fiscalização não reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento integral do contrato.

6.5. A CONTRATADA indicará preposto ou responsável apto a receber ordens e notificações e a prestar esclarecimentos durante a execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Compete à CONTRATADA:

a) Fornecer a solução conforme as especificações, os quantitativos, os prazos e as condições contratados;

b) Entregar materiais correspondentes às amostras aprovadas e disponibilizar os recursos digitais conforme a proposta aceita e a prova de conceito, quando aplicável;

c) Manter as condições de habilitação exigidas durante toda a execução;

d) Substituir materiais defeituosos e corrigir desconformidades, sem ônus adicional;

e) Assegurar os direitos necessários ao fornecimento, à distribuição e ao uso dos materiais e recursos digitais contratados;

f) Disponibilizar os acessos e manter o funcionamento dos recursos digitais pelo período contratado, quando integrantes do objeto;

g) Executar a formação, o acompanhamento e o suporte previstos no Termo de Referência;

h) Comunicar fatos que possam comprometer os prazos ou a continuidade das obrigações;

i) Apresentar documentos e registros necessários ao recebimento, à fiscalização e ao pagamento;

j) Responder pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução, na forma da legislação;

k) Cumprir as exigências legais de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;

l) Observar as normas de acessibilidade e proteção de dados aplicáveis ao objeto.

7.2. A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes de sua atuação, sem vínculo empregatício entre seus profissionais e o CONTRATANTE.

7.3. A CONTRATADA prestará esclarecimentos sobre conteúdo, edição, metodologia, funcionalidades, licenciamento e características da solução, quando solicitados pela fiscalização.

7.4. O acesso aos recursos digitais não poderá ser condicionado à aquisição de componentes adicionais não previstos na contratação.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Compete ao CONTRATANTE:

a) Emitir ordens de fornecimento e execução com informações suficientes;

b) Informar os locais de entrega, os responsáveis e o público atendido;

c) Disponibilizar as informações e condições sob sua responsabilidade necessárias à execução;

d) Acompanhar e fiscalizar o contrato;

e) Receber ou recusar fundamentadamente os componentes e atividades executados;

f) Notificar a CONTRATADA sobre irregularidades;

g) Efetuar os pagamentos devidos;

h) Decidir os pedidos e ocorrências relacionados à execução.

8.2. Quando houver plataforma digital, o CONTRATANTE organizará o encaminhamento dos dados estritamente necessários à criação dos acessos, pelos meios seguros previstos para a execução.

8.3. Os pedidos e reclamações relacionados ao contrato serão decididos em até 1 (um) mês após a conclusão da instrução, admitida prorrogação motivada por igual período, ressalvados os prazos específicos deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A medição observará as entregas e etapas efetivamente executadas, conforme as unidades e os critérios do Termo de Referência, considerando os materiais recebidos, os acessos disponibilizados e as atividades realizadas, quando integrantes do objeto.

9.2. A nota fiscal deverá identificar a contratação, a ordem correspondente, os componentes ou etapas faturados e os respectivos quantitativos e valores.

9.3. A liquidação ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação de documentação regular e a comprovação do recebimento da parcela, conforme as condições do Termo de Referência.

9.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão da liquidação, por crédito em conta de titularidade da CONTRATADA, observada a ordem cronológica legal.

9.5. Erros ou pendências que impeçam a liquidação serão comunicados para saneamento, com retomada da contagem do prazo após sua regularização.

9.6. O recebimento dos materiais impressos não autoriza automaticamente o pagamento de obrigações digitais ou de serviços ainda não executados, observada a composição e a forma de remuneração da solução previstas no Termo de Referência.

9.7. Glosas serão fundamentadas, proporcionais à obrigação não cumprida e comunicadas à CONTRATADA, preservado o pagamento da parcela incontroversa.

9.8. É vedado o pagamento antecipado sem previsão no edital e atendimento dos requisitos legais.

9.9. Em caso de atraso imputável ao CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados pelo IPCA, proporcionalmente ao período entre o dia seguinte ao vencimento e o efetivo pagamento.

9.10. Irregularidade fiscal superveniente será tratada pelas medidas legais pertinentes, sem retenção automática de pagamento por parcela regularmente executada, recebida e liquidada.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Os preços serão reajustados após o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado, fixada em //____, pelo IPCA/IBGE, quanto às obrigações executadas após a anualidade, conforme o edital.

10.2. Os reajustes subsequentes respeitarão intervalo mínimo de 12 (doze) meses contado dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3. Caso o índice seja extinto ou não possa ser utilizado, será adotado seu substituto legal ou, na ausência deste, outro índice mediante formalização adequada.

10.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá demonstrar o fato superveniente, o nexo causal e a repercussão nos custos da solução.

10.5. O pedido será decidido em até 30 (trinta) dias após a conclusão da instrução, admitida prorrogação motivada por igual período.

10.6. A atualização de preços da Ata de Registro de Preços não altera automaticamente os preços deste contrato.

10.7. Pedidos de revisão não autorizam a suspensão unilateral das obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

11.1. A vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, condicionada sua eficácia à divulgação no PNCP.

11.2. A entrega dos materiais e o período de disponibilização dos recursos digitais, formação e suporte, quando contratados, observarão os marcos definidos no Termo de Referência, sem confusão entre prazo de execução e prazo de vigência.

11.3. A prorrogação observará a natureza da contratação e seu enquadramento no edital e no planejamento. Se caracterizado fornecimento ou serviço contínuo, serão observados os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021; se contratado escopo definido, serão observadas as disposições do art. 111, quando aplicáveis.

11.4. A prorrogação da Ata de Registro de Preços não prorroga automaticamente este contrato.

11.5. O término da vigência não afasta responsabilidades por vícios, pagamentos pendentes, proteção de dados e demais obrigações que devam subsistir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta da seguinte dotação:

Órgão: _____
Unidade orçamentária: _____
Projeto/atividade: _____
Natureza da despesa: _____
Fonte de recursos: _____
Nota de empenho: _____

12.2. A dotação dos exercícios seguintes será indicada após a aprovação do respectivo orçamento, quando aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA, QUALIDADE E ASSISTÊNCIA

13.1. Não será exigida garantia de execução contratual, conforme previsão do edital.

13.2. A dispensa de garantia de execução não afasta a responsabilidade pela qualidade dos materiais, pela correção de defeitos e pelo funcionamento dos recursos digitais contratados.

13.3. Os prazos de garantia dos materiais e as condições de atendimento, manutenção e assistência serão aqueles definidos no Termo de Referência, observadas as garantias legais aplicáveis.

13.4. Quando integrantes do objeto, os recursos digitais deverão permanecer disponíveis pelo período contratado, com manutenção e correção de falhas nos níveis de atendimento previstos no Termo de Referência, sem cobrança adicional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. As alterações observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Nas hipóteses legais de alteração unilateral, a CONTRATADA aceitará acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Alterações deverão preservar a integração da solução e sua finalidade educacional, sem desvirtuar o objeto licitado.

14.4. As alterações serão formalizadas por termo aditivo, admitida apostila nas situações legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. Constituem infrações as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive inexecução parcial ou total, atraso injustificado, declaração falsa e fraude na execução.

15.2. Poderão ser aplicadas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme os requisitos legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3. O atraso injustificado na entrega, substituição, ativação de acessos ou execução de etapa contratada sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da parcela afetada, limitada a 15% (quinze por cento) dessa parcela.

15.4. A multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte não executada em caso de inexecução total, e de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida em caso de inexecução parcial, observados os limites legais de aplicação e as disposições do edital.

15.5. A identificação da parcela afetada considerará a composição dos preços e o impacto do inadimplemento na utilização da solução, mediante decisão fundamentada.

15.6. Não haverá cobrança duplicada de multas pelo mesmo fato. Eventual conversão de multa moratória em compensatória observará a legislação e a decisão administrativa.

15.7. A aplicação de sanções dependerá de processo administrativo, com os prazos de defesa e recurso legalmente previstos, e considerará a gravidade, os danos, as circunstâncias e a proporcionalidade.

15.8. Multas e indenizações poderão ser descontadas de créditos ou cobradas pelos meios legalmente admitidos, após a decisão administrativa pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO

16.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante procedimento fundamentado, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

16.2. Serão apurados os materiais entregues, os recursos disponibilizados, as atividades executadas e os valores devidos, bem como eventuais multas e indenizações.

16.3. Quando houver recursos digitais, a extinção deverá observar as providências de transição, disponibilização dos registros pertencentes ao CONTRATANTE e encerramento dos acessos, conforme o Termo de Referência e a legislação de proteção de dados.

16.4. O CONTRATANTE poderá adotar as medidas legais necessárias à continuidade do atendimento educacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a transferência integral do objeto ou da responsabilidade contratual.

17.2. A subcontratação de parcelas somente será admitida quando prevista no Termo de Referência e autorizada previamente pelo CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA responsável pela execução.

17.3. A aquisição regular de materiais de editoras, o licenciamento autorizado de conteúdos e a contratação de transportadora não representam, por si só, transferência da posição contratual, desde que respeitado o modelo de execução aprovado.

17.4. A atuação de terceiros não afasta as obrigações de qualidade, suporte, licenciamento e proteção de dados assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DIREITOS AUTORAIS E PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. A CONTRATADA deverá possuir os direitos e autorizações necessários ao fornecimento e à disponibilização dos materiais, conteúdos e recursos digitais contratados.

18.2. O fornecimento não implicará cessão de direitos autorais não prevista no edital, mas deverá assegurar os direitos de uso necessários ao atendimento do objeto durante o período contratado.

18.3. Quando houver tratamento de dados pessoais, as partes observarão a Lei nº 13.709/2018, inclusive as regras aplicáveis a crianças e adolescentes.

18.4. Os dados acessados em razão do contrato serão utilizados somente para finalidades vinculadas à execução, vedado seu uso para publicidade, comercialização ou finalidade incompatível.

18.5. A CONTRATADA adotará medidas de segurança e controle de acesso e comunicará ao CONTRATANTE, sem demora injustificada, incidentes que possam comprometer dados pessoais, prestando as informações necessárias às providências legais.

18.6. No encerramento, os dados serão devolvidos, disponibilizados ou eliminados conforme orientação legítima do CONTRATANTE e as obrigações legais de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICIDADE E COMUNICAÇÕES

19.1. O CONTRATANTE divulgará o contrato e seus aditamentos no PNCP, nos prazos legais, e nos demais meios exigidos.

19.2. As comunicações ocorrerão pelos canais oficiais indicados pelas partes, com comprovação de recebimento.

19.3. Mudanças de endereço, representante ou contato deverão ser comunicadas formalmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CASOS OMISSOS E FORO

20.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021 e as demais normas aplicáveis.

20.2. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA para dirimir questões decorrentes deste contrato, ressalvadas as competências legalmente estabelecidas.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento.

Chapadinha/MA, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE
Município de Chapadinha/MA
Secretaria Municipal de Educação
Nome: _____
Cargo: _____
Portaria nº: _____

CONTRATADA
Empresa: _____
CNPJ: _____
Representante legal: _____
Cargo: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026-SRP

ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Chapadinha MA

Unidade Requisitante: Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental

Objeto: Aquisição de solução educacional complementar de Língua Inglesa para estudantes e professores das turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Base Legal: Art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Base Legal: § 1º, inciso I, Art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A Secretaria Municipal de Educação de Chapadinha/MA identificou a necessidade de fortalecer as condições pedagógicas para o ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente para os estudantes do 6º ao 9º ano, mediante a disponibilização de recursos educacionais adequados, atualizados, contextualizados e compatíveis com as diretrizes curriculares vigentes.

A necessidade decorre, entre outros aspectos, da obrigatoriedade da oferta de Língua Inglesa no currículo do Ensino Fundamental a partir do 6º ano, nos termos do § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com redação dada pela Lei nº 13.415/2017, bem como da necessidade de assegurar condições pedagógicas para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e nos demais documentos curriculares aplicáveis.

No planejamento do ano letivo de 2027, a Secretaria Municipal de Educação deverá considerar o diagnóstico da disponibilidade de materiais didáticos e demais recursos pedagógicos de Língua Inglesa nas unidades escolares da Rede Municipal. Registros administrativos produzidos no ano letivo de 2026, incluindo informações encaminhadas e assinadas pelos gestores escolares e arquivadas na Coordenação Pedagógica, indicam a ocorrência de unidades escolares, tanto da sede quanto da zona rural, que não receberam ou receberam em quantidade insuficiente materiais específicos para o desenvolvimento das atividades do componente curricular.

Diante dessa situação, faz-se necessário realizar levantamento atualizado do quantitativo de estudantes e professores do 6º ao 9º ano, bem como verificar a disponibilidade, quantidade, adequação e efetiva utilização dos materiais e recursos pedagógicos existentes nas unidades escolares, a fim de identificar eventual insuficiência ou ausência de recursos que possa comprometer o adequado desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem.

Registra-se que o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD constitui política pública federal de distribuição de materiais didáticos, contemplando os Anos Finais do Ensino Fundamental e, conforme os ciclos e componentes abrangidos, materiais relacionados ao ensino de Língua Inglesa. Assim, a

existência dessa política deverá ser considerada no diagnóstico e na definição da necessidade, de modo que eventual contratação municipal tenha caráter estritamente complementar, evitando duplicidade ou sobreposição indevida de materiais e assegurando compatibilidade com os recursos já disponibilizados pelo programa.

Nesse contexto, a necessidade a ser atendida não se limita à disponibilização de livros, mas compreende o fortalecimento das condições materiais e pedagógicas necessárias ao planejamento, desenvolvimento e acompanhamento do ensino de Língua Inglesa, considerando as características da Rede Municipal, a realidade das unidades escolares urbanas e rurais, o quantitativo de estudantes e professores e as necessidades pedagógicas identificadas.

O presente Estudo Técnico Preliminar deverá, portanto, analisar a necessidade efetivamente demonstrada, as alternativas disponíveis, inclusive as soluções já ofertadas por políticas públicas existentes, e a viabilidade de eventual contratação de solução educacional complementar que poderá integrar, conforme a necessidade comprovada e a solução considerada mais adequada, materiais didáticos para estudantes, materiais ou manuais pedagógicos para professores, recursos educacionais digitais, plataforma educacional e ferramentas pedagógicas de apoio.

A eventual contratação deverá observar os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade e seleção da solução mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo precedida da demonstração da necessidade concreta, da compatibilidade com as políticas públicas existentes e da inexistência de sobreposição indevida com os materiais e recursos já disponibilizados à Rede Municipal de Ensino.

Dessa forma, a necessidade pública consiste em assegurar condições adequadas e equitativas para o ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental, especialmente no 6º ao 9º ano, mediante a identificação e eventual complementação dos recursos pedagógicos necessários ao atendimento da Rede Municipal de Ensino no ano letivo de 2027.

3. PROBLEMA A SER SOLUCIONADO

A Rede Pública Municipal de Ensino apresenta a necessidade de fortalecer as condições materiais e pedagógicas destinadas ao ensino e à aprendizagem da Língua Inglesa nas turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, de modo a favorecer o desenvolvimento progressivo das competências e habilidades previstas para o componente curricular.

O problema identificado está relacionado à inexistência e/ou insuficiência dos recursos didáticos e pedagógicos atualmente disponíveis para assegurar, de forma sistemática e articulada, o desenvolvimento das atividades de ensino, a organização progressiva dos conteúdos, a prática das habilidades linguísticas e a consolidação das aprendizagens.

A situação identificada pode limitar as possibilidades de planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas pelos professores, especialmente quando não houver disponibilidade de materiais e recursos adequados que possibilitem a apresentação, contextualização, prática, revisão e retomada dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Identifica-se, igualmente, a necessidade de fortalecer as condições de apoio ao trabalho docente, de modo que os recursos educacionais disponibilizados possam ser utilizados de maneira planejada, articulada ao currículo e compatível com as diferentes etapas de desenvolvimento dos estudantes.

Também constitui aspecto a ser considerado a necessidade de proporcionar aos estudantes, oportunidades diversificadas de contato com os conteúdos, de prática e de retomada das aprendizagens, inclusive em momentos distintos daqueles destinados às aulas regulares, quando essa possibilidade se mostrar pedagogicamente adequada e compatível com as condições da Rede.

A inexistência e/ou insuficiência de recursos didáticos e pedagógicos adequados pode dificultar a continuidade do processo de aprendizagem, a consolidação dos conhecimentos e o desenvolvimento progressivo das competências linguísticas dos estudantes, especialmente em aspectos relacionados à compreensão e produção oral e escrita, leitura, vocabulário, pronúncia e uso comunicativo da Língua Inglesa.

Nesse contexto, o problema a ser enfrentado pela Administração Pública não se restringe apenas a eventual ausência física de livros didáticos, mas compreende a necessidade de assegurar condições pedagógicas e materiais adequados ao desenvolvimento do ensino de Língua Inglesa, considerando as necessidades dos estudantes, o trabalho dos professores, a organização curricular e as características da Rede Municipal de Ensino.

A solução a ser identificada no presente Estudo Técnico Preliminar deverá, portanto, ser capaz de enfrentar as necessidades diagnosticadas, contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, para a continuidade pedagógica, para o apoio ao trabalho docente e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem dos estudantes.

Ressalta-se que a definição da solução a ser adotada não constitui pressuposto deste diagnóstico, devendo ser objeto de análise no levantamento de mercado, mediante avaliação das alternativas disponíveis, de sua adequação às necessidades da Rede, da viabilidade técnica e econômica, do custo-benefício, da possibilidade de parcelamento e da compatibilidade com as políticas públicas educacionais existentes, inclusive o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD.

O problema público a ser solucionado consiste, assim, na necessidade de superar a ausência e/ou insuficiência identificadas nas condições materiais e pedagógicas para o ensino de Língua Inglesa nos anos finais do Ensino Fundamental, assegurando aos estudantes e professores recursos e condições adequados ao desenvolvimento das atividades educacionais e à melhoria das oportunidades de aprendizagem.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

Considerando a necessidade identificada e o problema a ser solucionado, a solução em estudo consiste na disponibilização de recursos educacionais complementares destinados a fortalecer as condições de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa para estudantes e professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Chapadinha/MA.

A solução deverá ser compatível com as características e necessidades da Rede Municipal de Ensino, com as diretrizes curriculares vigentes, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Documento Curricular do

Território Maranhense – DCTMA e demais normas educacionais aplicáveis, contribuindo para o desenvolvimento progressivo das competências e habilidades relacionadas ao componente curricular.

A composição definitiva da solução deverá resultar do levantamento de mercado e da análise de viabilidade técnica e econômica realizados no presente Estudo Técnico Preliminar, considerando as necessidades efetivamente demonstradas, as alternativas disponíveis, a relação custo-benefício, a compatibilidade com os recursos já existentes na Rede e as políticas públicas educacionais vigentes.

Conforme os resultados dessas análises, a solução poderá compreender, isolada ou conjuntamente, os seguintes componentes:

a) materiais didáticos destinados aos estudantes do 6º ao 9º ano;
b) materiais, manuais ou orientações pedagógicas destinados aos professores;
c) recursos educacionais digitais complementares aos materiais didáticos e às atividades pedagógicas;
d) plataforma ou ambiente educacional digital, quando demonstrada sua necessidade e viabilidade, destinado ao acesso e à utilização dos recursos educacionais;
e) ferramentas pedagógicas de apoio ao planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino e aprendizagem; e
f) outros componentes que, mediante justificativa técnica e análise de mercado, se mostrem necessários e adequados ao atendimento da necessidade identificada.

Os materiais e recursos destinados aos estudantes deverão apoiar o desenvolvimento sistemático e progressivo das aprendizagens, contemplando, de forma adequada ao ano escolar e à faixa etária, atividades de apresentação, contextualização, prática, revisão e consolidação dos conhecimentos e habilidades relacionados à Língua Inglesa.

Os materiais e recursos destinados aos professores deverão oferecer subsídios para o planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das atividades pedagógicas, favorecendo a articulação entre os recursos disponibilizados e o currículo da Rede Municipal de Ensino.

Quando houver recursos digitais, estes deverão exercer função complementar às atividades pedagógicas, proporcionando, conforme a solução definida, acesso a conteúdos, atividades, exercícios, recursos multimídia ou outros instrumentos educacionais que contribuam para a prática e a retomada das aprendizagens.

A solução deverá considerar, conforme a natureza dos componentes definidos, requisitos de acessibilidade, usabilidade, compatibilidade tecnológica e adequação às condições de utilização pelos estudantes e profissionais da educação, especialmente nas unidades escolares urbanas e rurais.

Quando houver tratamento de dados pessoais por meio de plataformas, aplicativos, ambientes digitais ou outros recursos tecnológicos, deverão ser observados os requisitos aplicáveis de proteção de dados pessoais, segurança da informação, controle de acesso e demais disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

A solução deverá ser compatível e complementar às políticas públicas e aos recursos educacionais já disponibilizados à Rede Municipal de Ensino, especialmente ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático

– PNLD. Antes da definição dos quantitativos e componentes da contratação, deverá ser considerada a disponibilidade, quantidade, adequação e efetiva utilização dos materiais já fornecidos pelo programa, de modo a evitar duplicidade, sobreposição ou aquisição desnecessária.

A solução deverá considerar todo o ciclo de vida dos componentes que vierem a integrá-la, incluindo, conforme aplicável, fornecimento, distribuição, disponibilização, implantação, utilização, atualização, suporte, assistência técnica, manutenção dos recursos digitais, encerramento de acessos e demais providências necessárias à sua adequada utilização durante o período de atendimento da necessidade.

A eventual integração entre materiais impressos, recursos digitais, plataforma educacional, ferramentas pedagógicas e demais componentes não implica, por si só, a contratação conjunta ou o fornecimento por um único fornecedor. A possibilidade de parcelamento deverá ser analisada em seção própria do Estudo Técnico Preliminar, considerando a viabilidade técnica, a economicidade, a compatibilidade entre os componentes, a gestão contratual e a preservação da competitividade.

Dessa forma, a solução a ser eventualmente contratada deverá corresponder ao conjunto de recursos educacionais que, após o levantamento de mercado e a análise de viabilidade técnica e econômica, demonstrar-se adequado e suficiente para superar as insuficiências identificadas nas condições materiais e pedagógicas do ensino de Língua Inglesa, apoiar o trabalho dos professores e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes do 6º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino.

A definição da solução deverá observar os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade, sustentabilidade e seleção da solução mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Livro para Alunos da Educ. Básica Pública

Tipo de Livro	Quantidade	Total com o acréscimo de 10%
Livros didáticos do **6º ano** do ens. Fundamental	1.245 unidades	1.369 unidades
Livros didáticos do **7º ano** do ens. Fundamental	1.215 unidades	1.336 unidades
Livros didáticos do **8º ano** do ens. Fundamental	1.248 unidades	1.373 unidades
Livros didáticos do **9º ano** do ens. Fundamental	1.376 unidades	1.514 unidades

Fonte: A quantidade de livros para alunos, levou-se em consideração a matrícula inicial do ano letivo de 2026.

Livro para Professores da Educ. Básica Pública

Tipo de Livro	Quantidade	Total com o acréscimo de 10%
Livros Professores de língua inglesa do **6º ano** do Ens. Fundamental - Manuais pedagógicos para os professores	62 unidades	68 unidades
Livros Professores de língua inglesa do **7º ano** do Ens. Fundamental - Manuais pedagógicos para os professores	61 unidades	67 unidades

Livros Professores de língua inglesa do **8º ano** do Ens. Fundamental - Manuais pedagógicos para os professores	62 unidades	68 unidades
Livros Professores de língua inglesa do **9º ano** do Ens. Fundamental - Manuais pedagógicos para os professores	70 unidades	77 unidades

Fonte: Para a quantidade de livros para os professores, tomou-se como parâmetro a organização das turmas com 20 (vinte) alunos cada.

Para fins de elaboração da proposta e contratação, deverão ser considerados os quantitativos totais resultantes do acréscimo de 10%, conforme demonstrado nas tabelas acima, correspondendo a:

a) 5.592 livros destinados aos alunos; e

b) 280 livros destinados aos professores.

Total geral: 5.872 unidades.

Os quantitativos indicados foram estabelecidos com base no levantamento apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as quantidades destinadas aos estudantes e aos professores e o acréscimo de 10% indicado no referido documento, destinado a atender às necessidades decorrentes de variações na demanda e assegurar margem operacional para a distribuição dos materiais.

6. ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO	UND	QTD	VALORES ESTIMADOS	
					Preço Unit.	Preço Total
1	1.1	**LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA INGLESA (ESL) PARA ALUNOS DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MANUAL DO PROFESSOR EM VERSÃO IMPRESSA E DIGITAL**, obrigatoriamente alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo o **livro do aluno** atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos técnicos mínimos: ✓ O livro didático deve conter Registro do ISBN (International Standard Book Number); ✓ Encadernação em *Wire-o com no m*ínimo de 150 (cento e cinquenta) páginas; ✓ Impressão colorida em todas as páginas e capa rígida; ✓ O material impresso deverá apresentar, na própria capa ou colofão do produto, selo de certificação FSC (Forest Stewardship Council) ou equivalente reconhecido (ex.: Cerflor/PEFC), comprovando a origem do papel a partir de manejo florestal responsável, em atenção aos critérios de sustentabilidade previstos no art. 26 da Lei nº	UND	5.592		

		14.133/2021. **Manual do professor** em versão impressa, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos: ✓ Mínimo de 150 (cento e cinquenta) páginas; ✓ Impressão colorida em todas as páginas; ✓ Encadernação em brochura e *Flashcards* digitais. ✓ Deve apresentar atividades e projetos para o desenvolvimento dos conteúdos; ✓ Oferecer textos de apoio que aprofundam o conhecimento do docente sobre o ensino de inglês; ✓ Apresentar as respostas das atividades com orientações sobre os conteúdos e Gamificação das atividades; ✓ Conter a reprodução integral das páginas do livro do aluno nos exercícios do livro; ✓ Deve indicar claramente os objetivos pedagógicos de cada unidade (e ou seção), relacionando-os às 4 (quatro) habilidades, sendo elas: *listening, speaking, reading, writing*. ✓ Orientações pedagógicas compatíveis com o material do aluno. ✓ Deverão ser entregues 280 (duzentos e oitenta) Manuais do Professor, considerando-se 1 (um) manual para cada turma de 20 (vinte) alunos. **Plataforma digital com recursos digitais de aprendizagem**, deverá disponibilizar, no mínimo: Para Estudantes: ✓ Aplicativo móvel instalável para Android e iOS, com funcionamento independente do navegador e uso adequado dos recursos do dispositivo – aplicativo nativo. ✓ Modo *offline* para conteúdos e atividades previamente baixados, com sincronização automática posterior. ✓ Atividades de *speaking* e pronúncia com gravação de voz, reprodução e feedback pedagógico. ✓ Recursos de *listening* com áudio integrado às				

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

		lições e, quando aplicável, controle de reprodução e transcrição/legenda. ✓ Assistente de IA que corrija a escrita explicando o erro e mantenha diálogo compatível com o conteúdo e a faixa escolar. ✓ Videoaulas gravadas com no mínimo 1 videoaula por lição do material impresso do aluno, seguindo a mesma sequência de numeração e nomenclatura de lições e unidades adotadas alinhadas na sequência pedagógica do material impresso. ✓ Áudios voltados a imersão para o aprendizado do idioma disponibilizando faixas de conteúdo em áudio por volume, como conteúdo complementar de acesso livre ao professor, abordando temas de cultura e variação linguística da língua inglesa, incluindo registros informais e coloquiais do idioma. ✓ A plataforma digital deverá disponibilizar, 10 (dez) apostilas de aprofundamento por volume, em formato imprimível, destinadas ao aluno, contendo atividades e explicações relacionadas aos temas do material impresso, bem como 10 (dez) apostilas correspondentes destinadas ao professor, com o mesmo propósito de aprofundamento pedagógico. ✓ Deverá contar com recursos de gamificação, incluindo sistema de pontuação e ranking comparativo entre os estudantes, com o objetivo de oferecer ao professor uma análise global de desempenho dos alunos. ✓ Requisitos objetivos de acessibilidade, privacidade e segurança. ✓ Acesso às funcionalidades contratadas sem compras dentro do aplicativo, assinaturas individuais ou cobrança adicional ao aluno/professor. **Para Professores:** Integra também a solução: Portal digital específico destinado ao aperfeiçoamento dos professores de Língua Inglesa em				

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

		nível básico de proficiência, disponibilizado em ambiente 100% digital, com acesso vinculado à plataforma de capacitação (AVA), permitindo a realização de teste de nivelamento voltado ao desenvolvimento das competências linguísticas no idioma e conteúdos voltados ao *Dialogue, Communication, Vocabulary, Speech e Pronunciation*, com o objetivo de aprimorar progressivamente a proficiência e desenvolver maior fluência na Língua Inglesa. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) contará com: ✓ Aplicativo móvel instalável para Android e iOS, com funcionamento independente do navegador e uso adequado dos recursos do dispositivo – aplicativo nativo. ✓ Modo *offline* para conteúdos e atividades previamente baixados, com sincronização automática posterior. ✓ Ambientes de acesso individualizado, através de senhas próprias de acesso. ✓ Videoaulas gravadas, alinhadas na sequência pedagógica do livro. ✓ Áudios imersivos no idioma. ✓ Apostilas com atividades complementares, alinhadas ao conteúdo do material *on line* do Professor. ✓ Explicações em língua portuguesa devendo contar com traduções O conteúdo programático deverá abordar, no mínimo, os seguintes temas: ✓ Conteúdos voltados ao aperfeiçoamento pedagógico. ✓ Explicações em língua portuguesa devendo contar com traduções. ✓ Conteúdos voltados ao aperfeiçoamento pedagógico. ✓ Estratégias e práticas pedagógicas. ✓ Atividades de Fixação com respostas. ✓ Concepções e abordagens de ensino de inglês. ✓ Desenvolvimento das quatro habilidades: *listening, speaking, reading e writing.* ✓ Ensino de vocabulário, gramática e pronúncia				

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

		de forma contextualizada. ✓ Gamificação. ✓ Metodologias ativas. ✓ Painel de professor e gestão com indicadores de utilização, progresso e desempenho, organizados por escola, série e turma. ✓ Cadastro/importação em massa de alunos, professores e turmas por arquivo estruturado, sem depender de criação manual usuário por usuário. ✓ Relatórios exportáveis e dados administrativos/pedagógicos recuperáveis pela SEMED ao final da contratação.				
		VALOR TOTAL				

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamento: *(inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7°, inciso III da IN 40/2020).*

O levantamento de mercado evidencia a existência de editoras/empresas especializadas em fornecer solução educacional complementar de Língua Inglesa, destinada aos estudantes e professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com ampla atuação junto a Redes Públicas de Ensino em âmbito nacional.

Constatou-se, ainda, que os materiais pretendidos são amplamente comercializados, não havendo restrições quanto à competitividade do mercado, o que viabiliza a realização de procedimento licitatório nos termos da legislação vigente.

Para a elaboração deste ETP, visando o levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar na Administração Pública, observou que predominam três principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

SOLUÇÃO 1: Adesão a Ata de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços estabelece-se a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades.

Já o atendimento dos pedidos dos órgãos meramente usuários fica na dependência de prévia consulta e anuência do órgão gerenciador; indicação pelo órgão gerenciador do fornecedor ou prestador de serviço; aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, condicionada esta à não gerar prejuízo aos compromissos assumidos na

Ata de Registro de Preços; embora a norma seja silente a respeito, deverão ser mantidas as mesmas condições do registro, ressalvadas apenas as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador, que se fizerem necessárias.

Em se tratando de adesão de Ata de Registro de Preços cada aderente somente pode contratar 50% do registrado na ata e a soma de todas as adesões não pode ultrapassar o dobro do registrado na ata.

Outro detalhe é que as demandas de aquisição do objeto a ser licitado, não ocorrerá de forma aleatória, ou seja, adquirindo solução educacional complementar de Língua Inglesa já registrados em atas.

Portanto, não só o quantitativo como também a solução educacional complementar de Língua Inglesa a suprir as necessidades da SEMED, teriam de ser preenchidos e atendidos com várias adesões a diversas atas, tornando a contratação morosa para a Administração.

SOLUÇÃO 02 – Compra Direta por Dispensa de Licitação

A aquisição solução educacional complementar de Língua Inglesa seria feita por meio de dispensa de licitação, dentro dos limites legais estabelecidos. Apesar de ser um processo mais ágil e simplificado, essa alternativa apresenta restrições orçamentárias, o que pode comprometer a aquisição. Além disso, a limitação da concorrência pode resultar em preços menos vantajosos e menor controle de qualidade, impactando negativamente na aquisição dos mesmos.

SOLUÇÃO 3: Aquisição de bens comuns através de Pregão Eletrônico por Lote Único

A adoção da modalidade de licitação pregão para aquisição de bens comuns encontra-se amparada pela Lei 14.133/21.

A aquisição por meio de licitação na modalidade de pregão eletrônico, reunindo toda a solução educacional complementar de Língua Inglesa um único lote, conforme o levantamento feito por etapa de ensino. Essa solução promove ampla competitividade e assegura maior transparência e eficiência ao processo licitatório. O **lote único** permite a contratação integral da solução educacional complementar de Língua Inglesa, garantindo a padronização da solução educacional e evitando prejuizos no atendimento da demanda às unidades escolares.

É uma modalidade de licitação que garante celeridade do procedimento licitatório sem perder qualidade, uma vez que nesta modalidade ocorre inversão de fases e menores prazos. Além disso, facilita o alcance de competidores, assegurando de maneira mais prática maior competitividade.

Dessa forma, o Pregão Eletrônico garante maior vantajosidade econômica para Administração, pois:

a) os custos com a licitação acabam sendo significativamente menores em comparação com outras modalidades

de licitação;

b) é possível alcançar um número maior de fornecedores, permitindo que haja uma ampliação da competitividade e, consequentemente, possibilitando que os competidores ofereçam preços menores mantendo a qualidade das propostas;

c) e, por fim, garantindo maior sustentabilidade socioambiental, uma vez que há uma redução expressiva no uso de recursos naturais, a exemplo do papel.

Escolha da solução mais viável:

Diante das análises feitas acerca das soluções existentes, verifica-se que, no momento, a solução mais adequada e vantajosa para atender à demanda é a **SOLUÇÃO 3**: Aquisição de bens comuns através de Pregão Eletrônico por Lote Único.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A estimativa preliminar do valor da contratação foi realizada com base em parâmetros de contratações similares realizadas pela Administração Pública, consultas a registros de preços vigentes e referências de mercado, tendo como finalidade exclusiva demonstrar a viabilidade econômica da solução proposta.

Ressalta-se que o valor indicado neste Estudo Técnico Preliminar possui caráter meramente estimativo, não vinculante, sendo que o valor estimado definitivo da contratação será apurado posteriormente por meio de pesquisa de preços formal, a ser realizada nos termos da legislação aplicável e das normas que regulamentam os procedimentos de levantamento de preços no âmbito da Administração Pública, para fins de elaboração do Termo de Referência e instrução do processo licitatório.

9. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

Fundamento: (inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VII da IN 40/2020).

A análise quanto ao parcelamento do objeto foi realizada considerando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e gestão adequada dos contratos administrativos.

No caso da presente contratação, que tem por objeto a solução educacional complementar de Língua Inglesa discriminada no item deste ETP, verificou-se que o parcelamento da solução não se mostra técnica e administrativamente recomendável.

A aquisição da solução educacional complementar de Língua Inglesa envolve um conjunto integrado de itens e serviços, tais como:

a) livros didáticos de língua inglesa para os estudantes do 6º ao 9º ano do Ens. Fundamental;
b) livros Professores de língua inglesa do 6º ao 9º ano do Ens. Fundamental - Manuais pedagógicos para os professores;
c) plataforma digital e Aplicativo de celular (compatível com os sistemas Android e iOS) com detalhamento apresentado no item deste ETP.

Tais atividades possuem interdependência técnica e operacional, exigindo coordenação centralizada, planejamento unificado e gestão integrada para assegurar a aquisição da solução educacional complementar de Língua Inglesa.

A eventual divisão da contratação em múltiplos processos licitatórios poderia gerar:

a) Dependência funcional entre os componentes: os livros do aluno, os manuais do professor, a plataforma digital, os áudios e o aplicativo compõem um sistema pedagógico único e integrado, desenvolvido com base em uma metodologia específica.
b) A aquisição dos livros impressos de uma editora e da plataforma digital de outra resultaria, necessariamente, em incompatibilidade de conteúdos, sequenciamento e referências cruzadas, comprometendo a qualidade do ensino;
c) Risco de descontinuidade pedagógica: o parcelamento criaria a possibilidade de o Município contratar materiais impressos de alta qualidade acompanhados de plataforma digital de baixa qualidade, ou vice-versa, sem que seja possível responsabilizar qualquer dos contratados pelo resultado educacional global.

O Tribunal de Contas da União, em ampla jurisprudência, reconhece que o dever de parcelamento não é absoluto e cede quando a natureza integrada do objeto impõe unidade funcional de execução. Nesse sentido:

> *"O parcelamento do objeto da licitação não é uma obrigação absoluta, devendo ser adotado quando for tecnicamente viável, economicamente vantajoso e não houver perda de escala, podendo ser afastado quando a separação comprometer a qualidade da execução ou gerar riscos ao interesse público."* (TCU, Acórdão nº 2.172/2016-Plenário; Acórdão nº 1.094/2013-Plenário)

Assim, os serviços vinculados ao fornecimento do material didático podem ser tratados como serviços acessórios, complementares e não especializados, passíveis de agrupamento em um único objeto contratual, especialmente quando demonstrada a integração pedagógica e metodológica da solução educacional e a obtenção de ganho de escala e eficiência administrativa.

Adicionalmente, a contratação integrada possibilita:

a) que o livro do estudante dialogue com o manual docente;
b) que o conteúdo impresso esteja integrado à plataforma;
c) que a plataforma gere informações úteis ao professor.

Dessa forma, considerando a natureza integrada da solução pretendida, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem administrativamente viável, sendo mais adequado realizar a contratação por item único ou lote único, mediante licitação com critério de julgamento pelo menor preço global, observados os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

Assim, a opção pela contratação integrada mostra-se mais eficiente para atender ao interesse público e garantir o atendimento da demanda requerida.

O fracionamento poderá ocasionar incompatibilidade entre os materiais, plataformas e metodologias, além de dificultar a responsabilização pela integração da solução.

A decisão definitiva deverá ser fundamentada no processo após o levantamento de mercado, observando o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e os princípios da competitividade, economicidade e eficiência.

10. AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTE ÚNICO

Recomenda-se, preliminarmente, o agrupamento dos componentes em lote único, desde que a pesquisa de mercado demonstre existência de fornecedores capazes de executar integralmente o objeto e que o agrupamento seja economicamente vantajoso.

O agrupamento justifica-se pela natureza integrada da solução. Sabe-se que a administração não pretende simplesmente adquirir livros, mas contratar uma solução pedagógica integrada, na qual os materiais e plataforma, devem funcionar de maneira articulada.

O lote único poderá compreender: livros dos estudantes; materiais dos professores; plataforma; acessos e suporte. Essa configuração reduz riscos de incompatibilidade e facilita a gestão contratual.

Entretanto, deverá ser evitada a restrição indevida à competitividade. Caso o levantamento de mercado demonstre que a divisão em lotes é necessária para ampliar a competição sem prejudicar a integração pedagógica, a Administração deverá reavaliar essa decisão.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

11.1 Resultados pedagógicos

a) Adequação à faixa etária e ao nível de escolaridade dos estudantes.
b) Desenvolvimento articulado das habilidades de compreensão oral, produção oral, leitura e escrita, conforme a etapa.
c) Atividades contextualizadas de vocabulário, estruturas linguísticas, pronúncia, leitura, escrita e comunicação.
d) Progressão pedagógica entre os anos escolares contemplados.
e) Material do professor com orientações metodológicas, respostas, sugestões de atividades e subsídios ao planejamento.
f) Alinhamento às diretrizes curriculares aplicáveis e à BNCC no que couber à etapa de ensino.
g) Compatibilidade entre os materiais impressos e os recursos digitais.

11.2 Resultados para os professores

a) formação continuada;
b) maior domínio metodológico;
c) utilização adequada da plataforma;
d) ampliação do repertório de estratégias pedagógicas;
e) acesso a instrumentos de avaliação e acompanhamento.

11.3 Resultados para a gestão

a) padronização mínima dos recursos;

b) possibilidade de acompanhamento da utilização dos materiais;
c) dados de desempenho;
d) maior capacidade de planejamento pedagógico;
e) acompanhamento da execução da política educacional.

11.4 Resultados relacionados à equidade

A contratação pretende reduzir desigualdades no acesso a materiais pedagógicos, assegurando aos estudantes da Rede Municipal condições semelhantes de acesso a recursos de aprendizagem.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamento: (inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso XI da IN 40/2020).

a) O fornecimento deve iniciar após a assinatura da Ata de Registro de Preços. As entregas deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias após emissão da Autorização de Fornecimento.
b) A equipe de planejamento não vislumbra a necessidade de ações antecipadas, os livros deverão ser entregues de uma única vez no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, localizado na Rua do Oeste, s/n, Bairro Aparecida, Chapadinha – MA CEP. 65.500-000, devendo antes da entrega, entrar em contado com Francisco George Garreto dos Santos por meio telefônico (98) 99911-1444.
c) Todos os Livros entregues devem estar em perfeitas condições de uso e em conformidade com as especificações do edital. Caso algum item apresente defeitos ou não atenda aos padrões estabelecidos da descrição do item, a contratada deve providenciar a substituição em até 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para a contratante.
d) A contratada deve emitir notas fiscais detalhadas para cada entrega, especificando o item, a quantidade e valores dos livros fornecidos.
e) A contratada é responsável por todos os custos relacionados a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos que possam incidir na execução do contrato.
f) Os pagamentos serão realizados conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação de recebimento dos materiais.
g) A contratante deve informar à contratada sobre qualquer ajuste no cronograma de entregas ou mudança no local de entrega, com antecedência mínima.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: (inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7°, inciso XII da IN 40/2020).

A aquisição e o uso de livros didáticos consumíveis geram diversos impactos ambientais, principalmente devido ao consumo de recursos naturais, como a madeira para a produção de papel, e ao uso de tintas e produtos químicos durante o processo de impressão.

A fabricação de papel requer grandes quantidades de água e energia, o que resulta em um consumo excessivo de recursos naturais e na emissão de poluentes.

Além disso, o transporte desses livros contribui para as emissões de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, aumentando o impacto ambiental da produção. Outro problema é o descarte inadequado dos livros obsoletos, que, quando não reciclados, podem acabar em aterros sanitários, onde permanecem por anos sem se decompor completamente, liberando substâncias poluentes no ambiente.

Para minimizar esses impactos, é possível adotar alternativas sustentáveis ao longo de todo o ciclo de vida dos livros didáticos. A utilização de papel reciclado ou proveniente de fontes certificadas de manejo sustentável é uma solução eficaz, pois reduz a demanda por recursos naturais e contribui para a preservação das florestas.

Além disso, a adoção de processos de produção mais eficientes, que utilizem tecnologias limpas e tintas à base de água, pode diminuir significativamente os impactos da fabricação.

A reciclagem de livros também desempenha um papel importante, uma vez que permite a reutilização de materiais e a redução do volume de resíduos enviados para os aterros.

14. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise da necessidade, dos fundamentos legais, das alternativas disponíveis e da solução pretendida, conclui-se, em caráter preliminar, pela viabilidade técnica, pedagógica e administrativa da contratação, desde que observadas as condições estabelecidas neste ETP.

Fundamento: (inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020).